

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 39 No. 3 Setembro - Dezembro 2026

TRADUÇÃO

ARQUEOLOGIA E CUIDADOS: REPRESENTAÇÃO DO PASSADO, ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO E PRÁTICAS ACADÊMICAS¹

Sandra Montón-Subías*, Tradutoras: Marianne Sallum** e Maria Cecília Silva Lima***

RESUMO

A arqueologia feminista se concentra em subverter o patriarcado através da representação do passado. As representações convencionais do passado atuam como modo de violência simbólica, porque naturalizam a desigualdade entre homens e mulheres e reproduzem o cisheteropatriarcado. Este artigo centra-se na proposta de atividades de manutenção como alternativa a essa lógica cultural, destacando o caráter estrutural de uma série de práticas cotidianas atravessadas pelo cuidado e pela atenção ao outro, sem as quais a vida seria impossível. O artigo incide muito especialmente na relação interpessoal entre aqueles dão e recebem cuidados para afinar a demarcação do conceito. A arqueologia das atividades de manutenção coloca em jogo uma racionalidade distinta daquela patriarcal neoliberal, revelando sua particularidade histórica, reparando os silenciamentos historiográficos que tem ocasionado e oferecendo representações alternativas e melhores que, por sua vez, influenciam um novo tipo de racionalidade pública no presente. Isso inclui necessariamente as práticas acadêmicas hegemônicas.

Palavras-chave: Arqueologia feminista; Ética feminista do cuidado; Socialização; Lógica patriarcal; Violência simbólica; Representação do passado; Gênero; Academia neoliberal.

¹ Montón Subías, S. (2023). *Arqueología y cuidados: Representación del pasado, actividades de mantenimiento y prácticas académicas*. En *Los bisontes de Altamira los descubrió una mujer* (p. 39-56).

* Professora. ICREA / Universidad Pompeu Fabra. E-mail: sandra.monton@upf.edu.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7466-4959>.

** Professora, Laboratório de Estudos Arqueológicos (LEA), ARGPEL, Departamento de História, Universidade Federal de São Paulo. FAPESP 2024/04746-1. E-mail: marianne.sallum@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9210-2044>.

*** Mestranda em História, Laboratório de Estudos Arqueológicos (LEA), ARGPEL, Departamento de História, Universidade Federal de São Paulo. FAPESP 2026/03189-7. E-mail: mariacicalima@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6019-1699>.

ARCHAEOLOGY AND CARE: REPRESENTATION OF THE PAST, MAINTENANCE ACTIVITIES, AND ACADEMIC PRACTICES

ABSTRACT

Feminist archaeology focuses on subverting patriarchy through the representation of the past. Conventional representations of the past function as a form of symbolic violence because they naturalize inequality between men and women and reproduce cisheteropatriarchy. This article centers on the proposal of maintenance activities as an alternative to this cultural logic, highlighting the structural character of a series of everyday practices shaped by care and attention to others, without which life would be impossible. The article focuses especially on the interpersonal relationship between those who give and receive care in order to refine the boundaries of the concept. The archaeology of maintenance activities brings into play a rationality distinct from the neoliberal patriarchal one, revealing its historical particularity, repairing the historiographical silences it has caused, and offering alternative and better representations that, in turn, influence a new type of public rationality in the present. This necessarily includes hegemonic academic practices.

Keywords: Feminist archaeology; Feminist ethics of care; Socialization; Patriarchal logic; Symbolic violence; Representation of the past; Gender; Neoliberal academia.

ARQUEOLOGÍA Y CUIDADOS: REPRESENTACIÓN DEL PASADO, ACTIVIDADES DE MANTENIMIENTO Y PRÁCTICAS ACADÉMICAS

RESUMEN

La arqueología feminista incide en la subversión del patriarcado a través de la representación del pasado. Las representaciones convencionales del pasado actúan a modo de violencia simbólica porque naturalizan la desigualdad entre hombres y mujeres, y reproducen el cisheteropatriarcado. Este artículo se centra en proponer actividades de mantenimiento en tanto alternativa a esta lógica cultural, las cuales subrayan el carácter estructural de una serie de prácticas cotidianas atravesadas por el cuidado y la atención al otro sin las cuales la vida sería imposible. Este artículo incide muy especialmente en la relación interpersonal entre quienes dan y reciben cuidados para afinar en la demarcación del concepto. La arqueología de las actividades de mantenimiento pone en juego una racionalidad distinta a la patriarcal neoliberal desvelando su particularidad histórica, reparando los silenciamientos historiográficos que ha ocasionado y ofreciendo representaciones alternativas y mejores que a su vez influyen en un nuevo tipo de racionalidad pública en el presente. Esto necesariamente incluye las prácticas académicas hegemónicas.

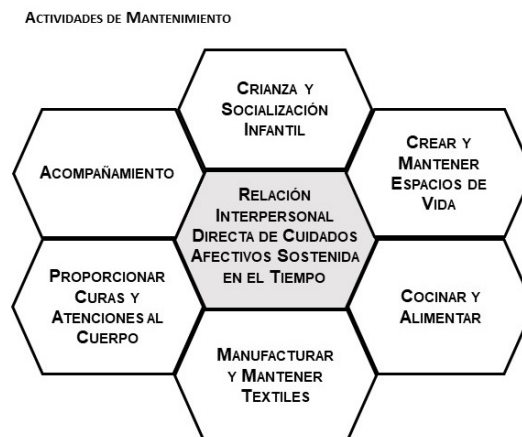
Palabras clave: Arqueología feminista; Ética feminista del cuidado; Socialización; Lógica patriarcal; Violencia simbólica; Representación del pasado; Género; Academia neoliberal.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, gostaria de compartilhar algumas reflexões entorno da arqueologia e do cuidado, e entorno da arqueologia feminista, que se encontra na sua interseção. Para mim, a característica mais definidora da arqueologia feminista é o seu compromisso com a abolição do patriarcado. A arqueologia surge dentro de um patriarcado concreto, o ocidental, cuja racionalidade, desde a modernidade, é também colonialista, capitalista e, mais recentemente, neoliberal. Este é o patriarcado que obteve maior sucesso, assim como a concepção do sujeito patriarcal que o incorpora, porque sua lógica cultural não só atingiu os mais altos níveis de globalização, como também conseguiu revestir-se de uma aura de naturalidade que sobrepôs seus valores à humanidade em um claríssimo exercício de poder e dominação. A representação ou discurso convencional sobre o passado impactaram isso. De fato, tem-se configurado um espaço de poder patriarcal do qual foram excluídos aqueles que não se encaixavam nessa lógica, ou seja, a maioria das mulheres e pessoas de outros coletivos marginalizados. O feminismo e a arqueologia feminista habitam a resistência a essa lógica e o fazem de diversas maneiras. Entre elas, há as propostas que colocam as práticas de cuidado no centro, em plena consonância com abordagens que, embora diversas, se enquadram na ética feminista do cuidado (Chatzidakis *et al.*, 2020; Collins, 2015; Gilligan, 1982, 2011; Held, 2006; Izquierdo, 2004; Robinson, 2015; Sevenhuijsen, 1998; Tronto, 1987). Aqui se encontram, há mais de 25 anos, as atividades da arqueologia de manutenção.

A proposta das atividades de manutenção sublinha o caráter estrutural de uma série de práticas cotidianas atravessadas pelo cuidado e pela atenção ao outro, sem as quais a vida seria impossível (Figura 1). São constituídas por tarefas, mas também por relações e valores inclusivos, que têm a ver com a interdependência, empatia, cooperação, capacidade afetiva e/ou apoio emocional. Neste artigo, focarei precisamente na relação interpessoal que se estabelece entre aqueles que dão e recebem os cuidados, a fim de refinar a delimitação do conceito e compreender por que a mesma tarefa pode ou não ser incluída neste âmbito. Acredito que a proposta de atividades de manutenção despatriarcaliza a representação do passado, porque coloca em jogo racionalidades distintas, antagônicas inclusive, à da concepção do sujeito patriarcal neoliberal. Com isso, revela-se sua particularidade histórica, repara-se os silêncios (ou melhor, os silenciamentos) historiográficos que causou e oferece representações alternativas e melhores, as quais, por sua vez, afetam um novo tipo de racionalidade pública que pode contribuir para subverter a hegemonia (Montón-Subías, 2010).

Figura 1. Definição e principais tarefas incluídas nas atividades dados de manutenção.



Fonte: Elaborado por Sandra Lozano Rubio e Sandra Montón-Subías.

Monique Wittig diz que os homens foram educados para dominar as mulheres (2016, p. 25-26). Não poderia estar mais de acordo. A representação convencional do passado é um mecanismo que serve a esse fim ao destacar a importância dos homens no percurso histórico (especialmente se forem brancos, adultos, poderosos, cisgêneros, heterossexuais e do norte global). Nossxs meninas e meninos são socializados com esse tipo de discurso. Costumo explicar que um menino branco e uma menina negra ao estudarem seus livros de história, mesmo que seja o mesmo, têm efeitos diferentes em sua autoconcepção e autoestima (Montón-Subías, 2021, p. 579; e ver também García Luque, 2021). O menino entenderá que ele, como o homem que se tornará, conduziu a história; ela, que o líder tem sido seu companheiro. Ambos internalizaram como decisivos os valores associados à masculinidade hegemônica (Connell; Messerschmidt, 2005). Mas, enquanto o menino absorverá esses mesmos valores em outros momentos de sua socialização, sem qualquer discrepância entre o que foi no passado e o que ele deve ser no futuro, o processo será diferente para a menina. Em sociedades formalmente igualitárias, como a nossa, ela também entenderá que esses valores são importantes e que terá de se adequar a esses padrões, apesar de se sentir precária nas representações do passado (algo que não ocorreria se a história fosse escrita a partir de uma forma outra de compreender o mundo). No entanto, no processo de socialização, as meninas receberam mensagens contraditórias com as anteriores e internalizaram o “ser para os outros”, por meio de mandatos relacionados à prestação de cuidados (Basaglia, 1983; Eichenbaum; Orbach, 1987; Gilligan, 1982, 2011; Murillo, 1996) e à beleza normativa (Bordo, 1993; Jeffreys, 2005; Mernissi, 2000; Murnen; Don, 2012; Walter, 2010; Wolf, 1991). A cultura material bastante distinta que continua a ser produzida para meninos e meninas no século XXI, como brinquedos e roupas, ilustra claramente esses mandatos (Figura 2), com os quais, por omissão ou estereotipagem, também se alinha a representação convencional do passado.

Figura 2. Campeão ele, cozinheira ela.



Fonte: Carrefour (2018).

Portanto, acredito que essa representação pode ser entendida como um mecanismo de violência simbólica (Bourdieu, 2012), pois contribui para a naturalização da desigualdade entre homens e mulheres e para a reprodução do cisheteropatriarcado. No momento de contrarreforma patriarcal que estamos assistindo (por vezes desajeitada, mas noutras extremamente sutil), é necessário atender mais do nunca à capacidade

e à responsabilidade que temos, como pesquisadores do passado, para legitimar o *status quo* ou contribuir para sua subversão. A arqueologia feminista tem uma peculiaridade que a posiciona de uma forma particularmente útil nessa subversão, pois pode desestabilizar a partir de dois lugares: a interpretação do passado e as relações humanas no presente, sua lógica cultural. O feminismo implica um compromisso integral por uma sociedade justa. Por isso, continuo pensando que a arqueologia feminista ficará aquém se não incorporar a reflexão sobre os seres humanos do passado às práticas profissionais dos seres humanos no presente e, consequentemente, à academia (Montón-Subías; Lozano, 2012, p. 170). Devemos colocar em diálogo, conscientemente e como parte do nosso compromisso político, esses dois âmbitos, por meio das práticas, valores e relações que consideramos vitais nas atividades de manutenção.

Atividades de Manutenção como Ética do Cuidado

A proposta de atividades de manutenção foi concebida coletivamente no final da década de 1980 por um grupo de arqueólogas feministas que desejavam combater o androcentrismo em nossa disciplina. Esta surgiu como um compromisso compartilhado, nascido do desejo de trocar ideias, diferenciando-se, assim, de processos mais individualizados de geração de conhecimento. Tem sido e continua sendo uma proposta viva, muito utilizada na arqueologia espanhola, que continua a estimular a reflexão, inspirando pesquisas de jovens e experientes pesquisadorxs e revelando diferentes camadas de silenciamento historiográfico. A proposta situa no centro da pesquisa um conjunto de práticas cotidianas imprescindíveis para a criação, manutenção e recriação da vida. Essas práticas combinam tarefas – como a criação e socialização infantil, o cozinhar e alimentar, o criar e manter os espaços de vida, a produção e manutenção de têxteis, o fornecimento de curas e a atenção ao corpo, o acompanhamento afetivo – e valores e condições sociais que são inclusivos, como a necessária interdependência entre as pessoas, a empatia, o apoio emocional, a cooperação, a capacidade afetiva e os laços interpessoais (Figura 1). Portanto, valorizam uma lógica cultural e uma forma de ser pessoa muito diferente daquelas que definem a concepção de um patriarcal neoliberal, associada a valores excludentes relacionados à desigualdade social.

Em *The Sacred Hoop*, Paula Gunn Allen (1986, p. 3) comenta que certas sociedades tribais nativxs americanxs, que ela denomina de ginocráticas, são baseadas “na responsabilidade social em vez do privilégio e nas realidades da constituição humana em vez de sua negação” (a tradução é minha e não é literal). Acredito que essas palavras definem bem o espírito das atividades de manutenção. A proposta, portanto, se encaixa bem no que se conhece como ética do cuidado (Chatzidakis *et al.*, 2020; Collins, 2015; Gilligan, 1982, 2011; Held, 2006; Izquierdo, 2004; Lagarde, 2004; Robinson, 2015; Sevenhuijsen, 1998; Tronto, 1987) e compartilha terreno intelectual e político com pesquisas dedicadas ao trabalho reprodutivo e doméstico tanto dentro (Beaudry, 1999; Gero; Conkey, 1991; Hendon, 1996; para citar apenas alguns dos primeiros) quanto fora da arqueologia (Bray, 2007; Carrasco, 2001; Cockburn; Ormord, 1993; Cowan, 1985; Laslett; Brenner, 1988; Lerman, 2010; McGaw, 1996; Oakley, 1974; Wajcman, 2004). Com a rubrica “atividades de manutenção”, busca-se destacar a função coletiva que todas elas cumprem (e que pode ficar confusa quando são individualizadas), independentemente dos espaços ou das pessoas que as realizam (González Marcén; Montón-Subías; Picazo, 2008; Montón-Subías; Lozano, 2012, p. 167).

Para que uma prática social seja considerada uma atividade de manutenção, esta deve cumprir uma série de condições. De fato, muitas das tarefas que mencionei anteriormente podem ser colocadas fora desse escopo (por exemplo, cozinhar em um restaurante), pois não

é a tarefa em si, nem o produto ou serviço gerado que a qualifica, mas sim o contexto das relações interpessoais em que essas tarefas são desenvolvidas (Montón-Subías, 2012, no prelo a). Em minha opinião, não se deve estabelecer uma correlação mecânica entre atividades de manutenção e tarefas, pois as atividades de manutenção não se referem unicamente ao que está sendo feito, mas à íntima conexão entre o que é feito e uma série de “atitudes, comportamentos e emoções, responsabilidades e relações” (Laslett; Brenner, 1989, p. 382) que são parte integrante. Portanto, sempre encontramos dificuldade em definir com precisão o escopo das atividades de manutenção. Trabalhos anteriores as definiram como: a) cotidianas, repetitivas, constantes, recorrentes e rotineiras; b) não especializadas, no sentido de que não implicam fragmentação funcional em uma única atividade, nem são, portanto, realizadas por especialistas em tempo integral; c) indispensáveis para a reprodução e o bem-estar social (nunca podem faltar); e d) geralmente realizadas em espaços familiares, principalmente, mas não exclusivamente, dentro dos limites da casa, do assentamento ou de suas imediações (Alarcón, 2007; Bardavio; González Marcén, 1996; Colomer; González Marcén; Montón-Subías, 1998; González Marcén; Montón-Subías; Picazo, 2008; Hernando, 2005; Montón-Subías; Hernando, 2022; Picazo, 1997; Sánchez-Romero, 2008; são apenas alguns exemplos).

Há outra característica, na minha opinião, fundamental, que eu acrescentaria como condição necessária à lista anterior: a relação interpessoal direta e o vínculo afetivo que une quem presta o cuidado e quem o recebe (Montón-Subías, 2025, no prelo a). Nem os serviços nem os produtos finais são separados de pessoas específicas. Nas atividades de manutenção, existe uma relação humana sustentada ao longo do tempo entre quem cuida (através, por exemplo, cozinhar, alimentar, vestir, costurar, remendar, criar, proteger, curar, acompanhar, limpar ou lavar) e aqueles que recebem o cuidado. Ambas as partes se conhecem e estão unidas por vínculos afetivos que, precisamente, garantem o cuidado; vínculos que, por sua vez, se alimentam na própria execução dessas práticas. Esses laços interpessoais e afetivos, impossíveis de externalizar, possuem, portanto, a dupla capacidade de serem tanto condição quanto consequência das atividades de manutenção. Além disso, por assim dizer, seus benefícios transcendem a relação interpessoal, pois toda a comunidade se beneficia deles, uma vez que são fundamentais para o bem-estar de cada um de seus membros. Na minha opinião, quando essa relação direta de cuidado se perde, não devemos mais falar em atividades de manutenção. Da mesma forma, quando o vínculo emocional que une ambas as partes deixam de ser permeado de afeto, a atividade pode se transformar em seu contrário: descuido e desatenção, e até mesmo ser usada como resistência em situações de profunda assimetria social. Angela Davis (2022, p. 31) explica, por exemplo, que algumas mulheres escravizadas envenenavam seus senhores e sabotavam o sistema escravista por meio de sua culinária. Contudo, mesmo nessas situações de profunda assimetria, injustiça e crueldade social, as atividades de manutenção criavam e sustentavam laços afetivos. Muitas amas de leite escravizadas acharam impossível não desenvolver tal ligação com filhxs de seus senhores, potenciais futuros escravocratas (Rivas; Mercerón, 2020; West; Knight, 2017). O mesmo foi relatado em situações de apartheid (Collins, 2006, p. 56).

Do exposto, conclui-se que a maioria das tarefas que formam as atividades de manutenção podem situar-se fora delas quando executadas por especialistas em tempo integral e/ou regidas por lógicas distintas. A manufatura têxtil ilustra bem esse ponto, não apenas em casos claros como a alta costura, mas também quando a produção é artesanal, destinada ao mercado. Isso não significa que o cuidado e o bem-estar sejam exclusivos das atividades de manutenção. Sabemos, por experiência própria, que o bem-estar individual e coletivo entra em colapso com uma greve urbana

de trabalhadores da limpeza urbana ou da coleta de lixo. Contudo, a lógica que rege esses serviços é diferente, pelas razões já explicadas, daquela que rege as atividades de manutenção. Precisamente, a proposta arqueológica das atividades de manutenção busca influenciar uma nova lógica pública, resgatando a importância das tarefas, mas também dos valores, comportamentos e atitudes desvalorizados pela lógica patriarcal dominante. Antes de abordar esse tema, porém, gostaria de elaborar um pouco mais sobre por que entendo que os discursos convencionais sobre o passado atuam como uma forma de violência simbólica (Bourdieu, 2012).

A REPRESENTAÇÃO DO PASSADO COMO VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NO PATRIARCADO

Desde que Marx e Engels afirmaram que “as ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época” (1988, p. 43), diversosxs pensadorxs, feministas ou não e com diferenças nas quais não entrarei aqui, têm contribuído com análises fundamentais para compreender uma das características centrais dos sistemas de dominação: sua capacidade de se apresentar como um regime natural. Esse traço é transversal, incidindo sobretudo sobre aqueles que ocupam posições de não privilégio na matriz social de dominação (Bourdieu, 2012; Fanon, 1952; Foucault, 1975; Gramsci, 1975, p. 143-145; Memmi, 1974, p. 147-148, 154-155; Millet, 1995). Se o verdadeiro sucesso dos sistemas de dominação é que seu caráter social seja ocultado, eu me atreveria a afirmar que o patriarcado foi e é o sistema de dominação mais bem-sucedido (Millet, 1995, p. 70). Muitas mulheres, mesmo vivendo e reconhecendo em seus próprios corpos a injustiça do patriarcado, não concebem que seja possível lutar contra ele, pois interpretam sua situação como um destino biológico. Por isso, algumas já me disseram que gostariam de ter nascido homens. Mas o patriarcado vai ainda mais longe ao conseguir que, em certos casos, a opressão e a exploração sejam interiorizadas como algo desejável (Wittig, 2016, p. 70).

O conceito de violência simbólica de Pierre Bourdieu insere-se na linha argumentativa das propostas anteriores (Bourdieu, 2012). Gostaria de utilizá-lo aqui porque permite caracterizar com um mesmo termo, adequado e preciso, a substância dos mecanismos interconectados que o patriarcado utiliza para se reproduzir. Em um momento de crescimento das violências patriarcais, utilizar o mesmo nome — violência — torna visível a continuidade que as articula, incluindo as mais execráveis e atrocidades, que não são exceções do sistema, mas parte integrante dele, ainda que representem sua face mais inabitável. Bem, considero que os discursos convencionais sobre o passado funcionam como um mecanismo de violência simbólica. Por isso, sinto que aqueles de nós que os produziram temos uma grande responsabilidade social, pois podemos reproduzir o *status quo*, ainda que involuntariamente, ou contribuir para sua subversão.

Bourdieu assinala que, para que um sistema de dominação tenha continuidade, é necessário “impor a apreensão da ordem estabelecida como natural por meio da imposição disfarçada (portanto, não reconhecida como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais” (2012, p. 77), e que é nisso que consiste o poder simbólico, que “é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica” (2012, p. 73), cujo resultado mais eficaz consiste em legitimar a dominação de uma classe sobre outra. Daí o termo violência (2012, p. 75). É preciso saber identificar esse poder simbólico “ali onde menos se oferece à vista, ali onde está mais perfeitamente desconhecido (...): o poder simbólico é, de fato, esse poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que o sofrem ou que o exercem” (2012, p. 71-72).

Em seu caráter performativo (no sentido de Langshaw Austin, 1962), os discursos sobre o passado constroem realidade no presente, fazem coisas com palavras, e também

com imagens (Montón-Subías, 2021, no prelo b). São instrumentos de construção do mundo objetivo (Bourdieu, 2012, p. 80) e verdadeiros mecanismos de socialização. Os discursos convencionais, aqueles que afirmam ou acreditam não ter perspectiva de gênero, projetam sobre o passado a lógica do nosso sistema de gênero de forma acrítica (Bertelsen; Lillehammer; Næss, 1987, p. 10; Conkey; Spector, 1984, p. 1-3, entre os primeiros trabalhos a apontar isso). Incidem, portanto, em sua naturalização, ao transmitir a ideia de que sempre foi assim (e, portanto, de que deve continuar sendo assim). Ao fazê-lo, sustentam e reforçam a desigualdade que atualmente existe entre homens e mulheres, ao mesmo tempo em que invisibilizam aqueles que não se ajustam à sua normatividade (cisheteronormatividade, no nosso caso).

Essa projeção é, desse modo, um mecanismo circular, um movimento de ida e volta em que passado e presente se coconstituem em uma dialética que mobiliza valores muito específicos: aqueles que, parafraseando Kate Millet, são ditados pelos membros do grupo dominante “em função do que mais apreciam em si mesmos” (1995, p. 72). São os valores da masculinidade hegemônica (Brittan, 1989; Connell; Messerschmidt, 2005; Euchenbaum; Orbach, 1987; Seidler, 1993), da identidade individual moderna (Elias, 1990; Gil Calvo, 1977; Hernando, 2012) ou do paradigma da virilidade (Sendón de León, 2000). Como resultado, o passado tem sido explicado majoritariamente a partir de uma filosofia muito específica. Isso foi muito bem desenvolvido por Almudena Hernando (2005, 2012), ao revelar que nosso discurso histórico tem enfatizado apenas as dinâmicas associadas à construção da individualidade, ignorando aquelas que não passam por esse processo. Por tudo isso, considero que não existem perspectivas que não tenham gênero, pois ninguém vive fora dele; o que ocorreu, na verdade, é que uma perspectiva específica, a androcêntrica, conseguiu se revestir de um halo de universalidade, sobrepondo seus valores ao que é considerado humano, em um claro exercício de poder e dominação. Por isso também, embora todas as arqueologias sejam de gênero, apenas algumas são feministas.

Esse viés androcêntrico me preocupa ainda mais porque afeta a socialização infantil. Se ser homem no patriarcado é ser importante (Marqués, 1997), os discursos convencionais sobre o passado ensinam nossas crianças a identificar “o masculino” com o que é importante. Com eles, as crianças aprendem que “o masculino” tem mais valor do que “o feminino” e interiorizam a relação hierárquica entre homens e mulheres sobre a qual se sustenta o patriarcado. É o que mencionei antes, na introdução, sobre o que acontece com um menino branco e uma menina negra ao estudar história ou ao visitar um museu. As imagens com as quais se deparam são um exemplo claro disso, pois costumam reproduzir sexismo, heterossexismo, racismo, capacitismo e adultocentrismo (Fries *et al.*, 2017; Gifford-González, 1993; Prados Torreira; López, 2019; Querol; Hornos, 2015). Pensemos, por exemplo, nas que ilustram os processos de hominização. Embora tenham começado a se diversificar graças ao empenho da arqueologia feminista, continuam sendo dominadas por homens brancos adultos, sobretudo representando o *Homo sapiens*, que sempre parece europeu, como se apenas este tivesse alcançado o estágio evolutivo final. Enquanto escrevia este artigo, pesquisei “hominização” no Google e isso ainda se repetia. Creio que a mensagem é clara: os “homens” negros aparecem apenas para ilustrar os estágios iniciais e intermediários. As imagens de mulheres são raríssimas e, quando aparecem, estão quase sempre grávidas ou com uma criança nos braços, enquanto eles carregam a cultura material. Além disso, a evolução é quase sempre representada como um processo solitário ou, quando não, em pares heterossexuais ou em famílias nucleares também heterossexuais (Montón-Subías, 2021, p. 579-580). Tudo isso penetra, se infiltra e se enraíza de maneira inconsciente em nossas crianças, que acabam sendo socializadas

dentro dessa normatividade de gênero. Daí também o trabalho incansável da arqueologia feminista para representar o passado com imagens que não reproduzam relações de poder no presente (por exemplo, González Marcén; Rísquez Cuenca; Sánchez-Romero, 2022).

Felizmente, onde há poder, há resistência (Foucault, 1977). O patriarcado não ocupa tudo (Rivera, 2000, p. 105) e a socialização de gênero falha (ainda que também seja verdade que se desvencilhar de todas as suas camadas possa levar uma vida inteira). É nesse espaço de resistência que se insere a arqueologia feminista e, dentro dela, a arqueologia das atividades de manutenção, valorizando aquilo que o patriarcado banaliza e reinscrevendo-o na representação do passado.

AS ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO. PASSADOS DISSIDENTES PARA A SUBVERSÃO DO PATRIARCADO

A arqueologia feminista deveria ser o oposto da violência simbólica, pois contribui para subverter o patriarcado ao desnaturalizar as relações de dominação entre homens e mulheres e a normatividade de gênero que as sustenta, analisando os mecanismos e processos históricos que resultaram nas opressões e discriminações do presente, e ao escrutinar os silenciamentos historiográficos que sua lógica discursiva produziu. Aqui nos deparamos com uma verdadeira estratigrafia de esquecimentos, ainda que todos estejam interrelacionados. Em um primeiro plano, mais imediato, percebemos as pessoas inferiorizadas e/ou excluídas, entre as quais estão as mulheres. De fato, muitas vezes se pensa que a arqueologia feminista consiste apenas em incorporar mulheres. E, de fato, a arqueologia feminista faz isso, mas não pode fazê-lo a qualquer preço; não pode fazê-lo sem questionar a lógica patriarcal que sustenta essa inferiorização e/ou exclusão. A arqueologia feminista não é apenas uma questão de números. Incluir sem reconceitualizar nos deixará, sempre, em desvantagem. Como apontava Josep Vicent Marqués, após se referir aos grandes personagens masculinos reconhecidos pela história – Madame Curie, Isabel a Católica, Navrátilová, a Virgem das Angústias, Isadora Duncan, Santa Teresa, Marilyn Monroe, a professora, Margaret Thatcher e a madrastra de Branca de Neve não constituem um conjunto tão importante – (1997, p. 21). Quase todas elas foram mulheres que, ao contrário dos homens reconhecidos, tiveram que subverter os mandatos de gênero, o que, por si só, não é tarefa simples. Contudo, se reconhecermos apenas as mulheres que se aproximam daquilo que a lógica patriarcal valoriza (guerreiras, caçadoras ou, entre outras, rainhas), continuaremos banalizando aquilo que essa lógica feminiza e situa fora (Memmi, 1974, p. 155) do núcleo da história. É na resistência a essa lógica que se encontra a proposta das atividades de manutenção, ao reinserir nesse núcleo as práticas que as configuram como fundamentais para que a vida continue e a história siga seu curso.

Apesar de seu caráter, neste caso sim, universal (Held, 2015, p. 22), as atividades de manutenção constituíram um silenciamento historiográfico. “Varridas” da história, foram situadas no campo do natural. Mas não de maneira neutra, e sim associadas às mulheres e à sua suposta natureza feminina. A proposta das atividades de manutenção desativa essa violência simbólica ao historizar/culturalizar suas práticas, ao compreender que sua associação com as mulheres está relacionada a processos históricos que incidiram sobre sua subordinação (Hernando, 2005, 2012; Montón-Subías, 2019) e ao se opor aos modelos de masculinidade e feminilidade, propondo que todas as pessoas sejam socializadas nelas. Entendo que, ao tornar possíveis outros passados, criam-se referências para imaginar e construir outros presentes. Ao valorizar a sustentação da vida (e, com isso, as pessoas que a assumem), é possível modificar os imaginários hegemônicos (particularmente ativados em tempos como os atuais, em que a guerra nos afeta tão de perto), que elogiam

exclusivamente a heroicidade violenta, o risco, o empreendedorismo individual, a autossuficiência, o autocontrole, a independência, a força (em oposição à vulnerabilidade), a agressividade, o triunfo individual e sobre a natureza, a competitividade, o crescimento tecnológico, o risco, a aventura, a ação, a mudança ou, entre outros similares, a inovação, fazendo-os coincidir com a condição humana. No entanto, embora a sustentação da vida seja uma condição *sine qua non* para viver, quando recai exclusivamente sobre um setor da população, implica, além de cuidado, exploração e opressão, tornando-se uma estratégia de subordinação que, até hoje, tem beneficiado o patriarcado. De fato, trata-se de um de seus mecanismos fundamentais e de uma estratégia que sempre caracterizou momentos de inflexão patriarcal. Isso pode ser observado, por exemplo, após a Segunda Guerra Mundial (figura 3) ou depois da Guerra Civil Espanhola. Também se verifica durante a modernidade inicial, tanto na Europa quanto em muitos dos territórios colonizados por suas potências imperiais (Allen, 1986; Federici, 2004; Mies, 1986; Segato, 2015; Souder, 1992). Pessoalmente, venho estudando essa inflexão patriarcal nas Ilhas Marianas, no Pacífico Ocidental, onde se observa claramente que as políticas coloniais incentivaram a associação das mulheres às atividades de manutenção, ao mesmo tempo que fomentaram a participação dos homens naquilo que passou a ser dissociado como esfera pública e nos trabalhos que exigiam maior especialização e tecnologias mais complexas (Montón-Subías, 2019, no prelo a).

Figura 3. Anúncio de 1958.



Fonte: Anúncio publicitário da Budweiser (1958).

Isso ocorre porque as atividades de manutenção fomentam um determinado tipo de personalidade, uma maneira específica de ser. Elas potencializam e exigem uma série

de habilidades, responsabilidades e características pessoais que promovem a constituição de si em relação com os outros. Embora sejam sempre necessárias, seu reconhecimento social diminui à medida que aumenta a desigualdade socioeconômica, já que, como assinalou Almudena Hernando (2005), aqueles que adquirem maior poder e desenvolvem a individualidade se afastam progressivamente de sua realização. Por isso, não é trivial quem realiza esse conjunto de práticas. Quando apenas uma parte do grupo as desenvolve, o «ser para o outro» fica associado a esse grupo do qual também se beneficiam aqueles que desenvolvem o «ser para si», característico do sujeito patriarcal (Beauvoir, 1949; Eichenbaum; Orbach, 1987; Hernando, 2012; Izquierdo, 2004). De fato, um dos privilégios do patriarcado costuma ser que os homens (sejam quais forem) disponham de uma mulher a serviço de seu projeto profissional (seja qual for a profissão). Infelizmente, há inclusive movimentos de mulheres que promovem isso, como o *Stay-at-Home Mom* (mãe que fica em casa) ou sua versão mais recente, *Stay-at-Home Girlfriend* (namorada que fica em casa), nos quais se evidencia bem a interiorização da subordinação como desejo.

O anúncio sexista que o Carrefour lançou em 2018 na Argentina (figura 1), posteriormente retirado após fortes protestos feministas, ilustra isso perfeitamente: que o ser campeão dos meninos não é independente do ser cozinheira das meninas (o “C” das meninas poderia ser de *chef*, não é? Mas não, era de cozinheira-esposa-mãe). Anúncios como esse, muito semelhantes em sua lógica aos corredores de brinquedos segmentados por gênero nas grandes lojas, reforçam a socialização infantil em um sistema de gênero extremamente binário e hierárquico. Os meninos aprendem brincando que podem ser campeões; as meninas, que podem cozinhar para que eles se tornem campeões. Não se trata apenas de que as meninas cozinhem para os campeões, mas de que cozinhem para que eles possam vir a ser campeões. As meninas aprendem, portanto, a cuidar brincando, a se divertir cuidando (Alario, 2022, p. 91). O pedido de desculpas do Carrefour enfatizou que havia sido um erro e que o anúncio não representava o que a empresa pensava ou fazia em termos de diversidade (*sic*). Deparamo-nos novamente com o recorrente pretexto da intencionalidade, ao qual já se referia Frantz Fanon em *Pele negra, máscaras brancas*, ao comentar o tratamento distinto que um médico dispensava a um homem branco e a um homem racializado. Ao primeiro, tratava por “senhor”; ao segundo, por “você”, “amigo” (aliás, Fanon não parecia considerar que as mulheres também adoeciam). Ele admitia que talvez não houvesse intencionalidade nesse uso, mas, referindo-se ao homem racializado, afirmava que era “justamente essa ausência de vontade, essa desenvoltura, essa alegria, essa facilidade com que ele é fixado, com que é aprisionado, primitivizado, anticivilizado” que era ofensiva (2009, p. 58). E acrescentava que se quem utiliza esse tipo de linguagem “não reconhece nesse comportamento um defeito, um vício, é porque nunca refletiu”. O mesmo vale para o patriarcado.

AS ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO. OUTRAS ACADEMIAS PARA A ABOLIÇÃO DO PATRIARCADO

Até aqui vimos que a arqueologia feminista vem tornando possíveis outros passados ao incorporar os silenciamentos historiográficos na investigação e na representação do passado; ao reconhecer todas aquelas dinâmicas relacionadas à criação, manutenção e recriação da vida; ao destacar a importância dos vínculos pessoais, da capacidade afetiva, da interdependência e cooperação entre as pessoas, das atividades de atenção e cuidado, do sentimento de pertencimento e de estabilidade. Esses passados contradizem a lógica patriarcal neoliberal, que negligencia justamente aquilo que torna a vida possível e vivível.

Mas a lógica que a arqueologia feminista vem subvertendo na representação do passado é também a lógica interna que, cada vez mais, caracteriza a academia onde

se produz parte importante dessa representação. Acredito que nosso compromisso feminista também diz respeito a isso, pois o feminismo é um compromisso integral que se opõe a qualquer sistema que gere exploração, marginalização e dominação (Collin, 1990, p. 37-38). Não é possível acabar com o patriarcado em alguns espaços e em outros não. Por isso, considero necessário colocar em diálogo a representação do passado e o exercício da profissão no presente, por meio dessas práticas, valores e relações que reivindicamos como vitais a partir das atividades de manutenção. Estou convencida de que não apenas teremos vidas melhores, mas também pesquisas de maior qualidade.

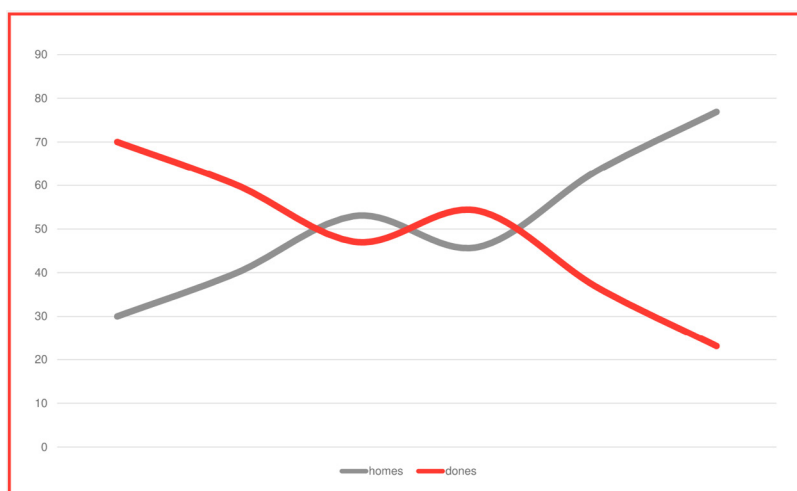
Já há algum tempo vem sendo apontado o impacto negativo que a lógica neoliberal, que também é patriarcal, exerce sobre a pesquisa, a vida universitária e a vida em geral. Também há algum tempo pesquisadoras feministas vêm reivindicando universidades de outro tipo (Arnaus; Piussi, 2010). Mas é sobretudo nos últimos anos que esse mal-estar se transformou em um grito de socorro, provavelmente devido ao ritmo crescente de aceleração que nos é imposto (por exemplo, Berg; Seeber, 2022). A muitxs de nós desagrada seguir esse compasso, mas nos é muito difícil escapar dele. A inquietação sobre como conciliar nosso compromisso feminista com o fato de trabalhar em instituições guiadas por lógicas internas antagônicas, que sustentam e recriam o cisheteropatriarcado-neoliberal, continua a nos atravessar, mais do que nunca, assim como continua a nos afetar o fato de que, embora a pesquisa feminista já esteja presente há muito tempo em nossa disciplina, isso não tenha modificado substancialmente suas dinâmicas de poder androcêntricas (Montón-Subías; Lozano, 2012, p. 169). Como é possível praticar o feminismo sem ser engolida ou desativada por uma cultura acadêmica orientada pela hiperprodutividade e pela hiperacumulação de recursos, pela máxima de que “quanto mais se tem, mais se vale”? Não é isso parte daquela ideologia conservadora que associa riqueza e moralidade? Em inglês, cunhou-se o termo *fast academia* para se referir a esse tipo de cultura acadêmica, embora, mais do que rápida (o que, em si, não é necessariamente negativo), ela me pareça apressada, precipitada, pressionada. E já se sabe que o urgente raramente dá lugar ao importante. Trata-se de uma lógica de curto prazo, que privilegia o resultado imediato, a quantidade em detrimento da qualidade, a competição exacerbada; que fetichiza a tecnologia; que impõe um tempo saturado em oposição ao tempo mais amplo da reflexão; e que permite a reprodução de violências patriarcais. É uma lógica que esgota e angustia muitxs pesquisadorxs, que xs devora e que, imagino, a longo prazo, se tornará insustentável e incompatível com uma pesquisa crítica nas humanidades precisamente, porque produz pesquisadorxs cansadxs.

A febre da publicação é um sintoma claro da academia apressada; estamos publicando em excesso, sobretudo na forma de artigos, porque o tempo longo do livro original, aquele que não se limita a reunir textos previamente publicados, vem sendo penalizado. Fazemos isso em um ritmo muito superior à capacidade humana de leitura. Na academia apressada, publica-se mais do que se lê. É o *publish or perish* (publique ou pereça), que há tempos equipara quantidade à qualidade e que, no entanto, possui certas condições: vale muito mais o que se publica em plataformas com altos índices de impacto, em inglês e em formato digital (muitas vezes, é apenas isso que conta). Isso favorece alguns mais do que outros. Em 2020, um artigo confirmou que o conhecimento mais reconhecido na arqueologia continuava sendo assinado por homens brancos heterossexuais (Heath-Stout, 2020). Eu acrescentaria: situados em universidades anglo-americanas de reconhecido prestígio (Montón-Subías, 2021, p. 572), pois é assim que funciona a geopolítica do conhecimento (Mignolo, 1998). Se você produz a partir dos centros hegemônicos de conhecimento no norte do norte global, certamente tem mais chances de ser publicado, e menos, à medida que se afasta desses centros. A questão da digitalização também é complexa. Apesar da

comodidade da leitura online, ela acaba reforçando essa mesma lógica. Até pouco tempo, preocupava-me como as gerações mais jovens conseguiriam lidar com o volume crescente de bibliografia. Mas Maggie Berg e Barbara Seeber (2022, p. 115) esclareceram essa questão: ao que tudo indica, lê-se apenas o que está digitalizado e, dentro disso, o mais recente. De fato, já aconteceu duas vezes, em processos de revisão por pares, de me sugerirem citar publicações mais recentes, mesmo quando estas apenas reinventavam a roda, e eu já havia citado quem a inventou originalmente. Isso também me preocupa, pois corre-se o risco de apagar genealogias de pensamento, o que é profundamente injusto.

Hiperpublicar é necessário para hiperacumular recursos. Não faz tanto tempo assim que se pensava que o trabalho dxs pesquisadorxs era investigar e gerar conhecimento, mas cada vez mais somos incentivadx a captar recursos para nossas instituições. Antes buscávamos financiamento para desenvolver nossas ideias (projetos); agora, buscamos ideias (projetos) que se adaptem ao que é financiado. Isso é terrível, porque está condicionando o que deve ser pensado; estamos sendo levadx a pensar em uma determinada direção. Evidentemente, não é o mesmo ter um projeto ou 53, nem um projeto com mais ou menos zeros no orçamento. Entramos na lógica de perseguir editais, a ponto de já quase não haver tempo para celebrar conquistas individuais ou coletivas, porque lá está, sorrindo com malícia, o próximo *deadline*, que não pode esperar, aquele que nos faz experimentar o tempo como atraso (Köhler, 2018, p. 85-86). Toda essa “falta” de tempo incidirá ou já está incidindo em uma arqueologia menos reflexiva e crítica, menos social, muito alinhada ao fetichismo da tecnologia. Trata-se da crença contemporânea de que a tecnologia resolverá os problemas sociais, algo que se transfere para o nosso campo na forma da arqueometria, sob a convicção de que suas técnicas, por si só, nos ajudarão a compreender melhor as sociedades do passado. A hiperacumulação, além disso, precisa ser exibida, em consonância com a racionalidade da era digital e das redes sociais. Caso contrário, como interpretar aqueles e-mails com assinaturas mais longas do que o próprio corpo da mensagem? E por que publicamos sempre, em nossas redes, aquilo que conquistamos, mas nunca aquilo que nos é negado reforçando e valorizando apenas o sucesso, a dimensão triunfalista da nossa pesquisa?

Figura 4. Gráfico de tesoura do Departamento de Humanidades da Universidade Pompeu Fabra de Barcelona.



Fonte: Elaborado por Meritxell Ferrer e Teresa Segura, da Comissão de Igualdade desse departamento, em 2021. No início, representa-se o corpo discente de graduação; ao final, os cargos de cátedra (homes = homens; dones = mulheres). Atualmente, o número de cátedras ocupadas por homens aumentou (Meritxell Ferrer, comunicação pessoal).

Essa lógica neoliberal está exacerbando os abusos de poder e as más práticas científico-acadêmicas que vêm sendo denunciadas há algum tempo (Montón-Subías; Lozano, 2012, p. 168 reúnem vários exemplos). Entre elas, estão o assédio moral e sexual (Comisión Feminista, 2018; Coto-Sarmiento *et al.*, 2020). Reitero que não se trata de exceções ao sistema, mas de sua face mais feia e abjeta. Se são pensáveis e realizáveis, é porque o próprio sistema as permite. Diria, inclusive, que algumas dessas violências vêm sendo naturalizadas como inerentes à carreira acadêmica. E, embora não exclusivamente, são violências patriarcais exercidas sobretudo por homens, pois são eles também que chegam com maior frequência aos espaços que permitem exercê-las com mais impunidade. E, embora não exclusivamente, são violências patriarcais que atingem mais as mulheres, especialmente as mulheres jovens em situação de maior vulnerabilidade, que são também aquelas que mais denunciam. E é que, embora se fale em feminização da universidade, isso é algo enganoso. Os gráficos de tesoura mostram claramente que, à medida que se avança na carreira acadêmica, há mais homens do que mulheres (Figura 4). Essa desigualdade de gênero vem acompanhada de outras ausências de diversidade humana. Homens brancos cisheterossexuais continuam sendo sobre-representados nos espaços de poder da universidade. Já no setor de limpeza dessas mesmas instituições, não apenas há uma maioria esmagadora de mulheres (também sobrerrepresentadas, ainda que por outros motivos), como a diversidade funcional e racial é muito mais presente. Quanto mais opressões e/ou discriminações as pessoas acumulam, mais difícil é ingressar e permanecer na carreira acadêmica e maior pode ser o sentimento de solidão à medida que se avança nela. Quanto mais as pessoas se distanciam da concepção do sujeito patriarcal neoliberal, mais sufocantes se tornam suas dinâmicas. Para mim, o chamado teto de vidro também se refere aos valores e comportamentos que permitiriam implementar outro tipo de cultura acadêmica.

Sair da lógica acadêmica neoliberal é o que propõe o movimento que busca o retorno a uma universidade pausada, que é a tradução que considero mais adequada para *slow academia* (Collini, 2012; Frith, 2020; Berg; Seeber, 2022; Stengers, 2013). Esse movimento propõe resgatar o pensamento reflexivo, criativo, original, crítico e de longo prazo, para que deixe de ser uma espécie em perigo de extinção. É preciso recuperar um tempo sem ansiedade, que permita concentrar-se e desfrutar do que se faz. Não é que xs pesquisadorxs não possam se cansar, mas quando o cansaço se cristaliza, transformando-se em esgotamento, exaustão, sensação de nunca dar conta, insatisfação crônica, em estar cansadx de estar cansadx, isso é nocivo e adoce as pessoas. Esse movimento também chegou à arqueologia. É a filosofia que está, por exemplo, por trás da sessão *AGE for a Slow Archaeology, or How to Survive in the Neoliberal Fast Academia*, proposta pelo grupo de trabalho AGE (*Archaeology and Gender in Europe*) da EAA (*European Association of Archaeologists*) para sua reunião anual de 2023 em Belfast, com o objetivo de refletir sobre uma arqueologia feminista do decrescimento e debater medidas que desacelerem nossos ambientes profissionais e subvertam sua racionalidade. Acredito que isso não será possível sem abrir espaço para os valores que reivindicamos a partir das atividades de manutenção, pois são eles que permitirão empatizar, colaborar de forma genuína, cuidar e apoiar, praticar o companheirismo, integrar à vida acadêmica a vulnerabilidade e aquilo que não sai como esperado, deixar de coisificar/instrumentalizar outrxs pesquisadorxs como recursos, deixar de incentivar (sei que é difícil) que xs pesquisadorxs jovens publiquem cada vez mais porque parte da solução é publicar menos. Creio que essa é a única forma de, agora que tornamos possíveis outros passados, tornar viáveis outras academias.

CONCLUSÕES

Neste artigo, defendi que a arqueologia feminista das atividades de manutenção subverte a lógica patriarcal dominante ao tornar possíveis outros passados. Possibilitar outros passados faz parte do ativismo feminista que busca uma sociedade não patriarcal, justa e diversa. A partir da arqueologia feminista, dilui-se a distinção que às vezes se estabelece entre academia e ativismo, pois representar o passado é um ato, utilizando a expressão de Kate Millett, «impregnado de política» (1995, p. 68). Isso ocorre em todos os casos, mas a arqueologia feminista se diferencia dos discursos que legitimam a ordem estabelecida por buscar nos dessocializar do sistema de gênero ao qual o patriarcado se ancora, enfatizando seu caráter histórico e cultural. Desnaturaliza-se, portanto, a dominação masculina e a cisheteronormatividade que, em nosso caso, ela implica. Qualquer representação que desnaturalize esse emaranhado é, para mim, feminista.

Para desnaturalizar, é preciso des-silenciar. Os silenciamentos são questões políticas que estão na base de qualquer sistema de dominação, no qual o grupo dominante define os outros como diferentes e inferiores (o que justifica sua submissão). Em nosso patriarcado, os membros do grupo dominante são também aqueles que, em sua maioria, representaram o passado. E o fizeram exaltando a concepção do sujeito patriarcal capitalista (hoje neoliberal) e silenciando tudo aquilo que não se enquadrava nela (Hernando, 2012). Isso contribuiu para a inferiorização das mulheres porque, como coletivo, os espaços aos quais foram sobretudo associadas desde a modernidade inicial, em oposição aos homens, passaram a ser considerados próprios de sua natureza e, por isso, naturais, intrascendentes e alheios aos processos históricos. O silenciamento histórico, de qualquer tipo, foi e é uma forma de violência simbólica, pois naturaliza a dominação. Bourdieu fala da cumplicidade dxs dominadxs (2012, p. 71-72), embora esse não seja um termo que me convença plenamente. De todo modo, não é a mesma coisa estar oprimidx e ser opressor. Não é a mesma coisa interiorizar um sistema de opressão e ser opressor dentro dele, pois apenas esse último detém os privilégios que lhe permitem exercer poder de dominação sobre outrxs. As mulheres contribuem para a reprodução do patriarcado, mas não se beneficiam dos privilégios propriamente patriarcais (ainda que possam se beneficiar de outros), porque não se pode explorar, dominar, oprimir, subordinar ou discriminar a partir de uma posição de não privilégio.

É a partir da posição de não privilégio patriarcal que partem xs arqueólogxs feministas. As representações que produzem não são discursos de poder androcêntrico, mas discursos que questionam esse poder, cujos efeitos negativos foram vividos em seus próprios corpos. Partem, portanto, de uma experiência vivida, situada e posicionada (Hooks, 2021, p. 92; Rich, 2003), que lhes oferece o ponto de vista privilegiado de que nos fala o feminismo (Collins, 1986; Haraway, 1988; Harding, 1986; Hartsock, 1983; Hooks, 2021; Wylie, 2003). Por isso, quanto mais opressões se cruzam nessa experiência (Anzaldúa, 1987; Combahee River Collective, 2000; Crenshaw, 1989; Lorde, 2006), mais silenciamentos podem ser revelados, compreendidos, explicados e desativados. É precisamente esse partir de uma vivência consciente de desigualdade e/ou discriminação que faz com que o feminismo não seja apenas mais um “ismo” da arqueologia ou da ciência, mas uma forma distinta de fazer ciência e de fazer arqueologia.

Para desativar os silenciamentos que produzem violência, para que os passados não sejam misóginos, homofóbicos, capacitistas, racistas, etaristas etc., é necessário incorporar, em sua representação, aqueles que foram excluídos. Contudo, isso é insuficiente se essa incorporação se dá dentro da mesma lógica que previamente os afastou e inferiorizou, pois apenas entrarão aqueles que mais se aproximam dela. Os demais continuarão

ausentes. Por isso, é necessário des-silenciar e desbanalizar as lógicas que não se alinham à lógica patriarcal neoliberal, entre as quais se encontra a das atividades de manutenção. Sua lógica dialoga com as propostas que situam a ética feminista do cuidado como alternativa ao empoderamento individualizado (Robinson, 2015, p. 295), pois reúne «a razão com a emoção, a mente com o corpo, o eu com as relações, os homens com as mulheres, resistindo às divisões que sustentam a ordem patriarcal» (Gilligan, 2011, p. 22, tradução minha). Neste artigo, detive-me especialmente em seus valores inclusivos, nos vínculos afetivos que produzem e na relação interpessoal direta que conecta quem faz e quem recebe, o que implica necessariamente reconhecer o outRx.

Essa nova racionalidade é fundamental para conter a lógica insana da academia neoliberal, imersa e autocentrada na economia global da aceleração (Köhler, 2018, p. 85-86). Há mais de dez anos, Sandra Lozano e eu já compartilhávamos a preocupação com essa aceleração: o fato de o tempo de reflexão e tranquilidade, necessário para uma boa pesquisa, estar se tornando um luxo; de o valor profissional ser medido em quantidade; e de se exigir cada vez mais de tudo. Além disso, víamo-nos inseridas em práticas profissionais que contrariavam os princípios que orientavam nossa própria pesquisa (Montón-Subías; Lozano, 2012, p. 168-17). Ao longo desses mais de dez anos, essa lógica se intensificou e passou a nos capturar em uma relação tóxica; embora nos afete negativamente, também nos prende. Sair dela é difícil, mas necessário, se quisermos viver no trabalho, em vez de trabalhar a vida. E isso não será possível ignorando as atividades de manutenção.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Sandra Lozano Rubio pela leitura atenta do primeiro rascunho deste texto e pelos comentários que se seguiram. Também quero agradecer a Enrique Moral de Eusebio por me apresentar o anúncio «campeão ele, cozinheira ela» que utilizei; e a Meritxell Ferrer por me fornecer o gráfico de tesoura do Departamento de Humanidades da UPF. Não menos agradecida estou a Pilar Fatás Monforte, Lucía Díaz González e Asunción Martínez Llano, coorganizadoras do curso da UIMP de 2022 «Os bisões de Altamira foram descobertos por uma mulher. Museus, arqueologia, patrimônio e gênero». Elas conseguiram criar um espaço acolhedor e sensível a partir do qual foi possível dialogar sobre lógicas despatriarcalizantes, apesar dos obstáculos que tiveram de enfrentar para implementá-lo.

Papel desempenhado pelas autoras na elaboração da tradução: Marianne Sallum e Maria Cecília Silva Lima traduziram e revisaram o texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCÓN, Eva García. Las prácticas de cuidados en las sociedades prehistóricas: la cultura argáica. *Arqueología y Territorio*, n. 4, p. 233-249, 2007.
- ALARIO, Mónica. *Política sexual de la pornografía. Sexo, desigualdad, violencia*. Madri (ES): Cátedra, 2022.
- ALLEN, Paula Gunn. *The Sacred Hoop. Recovering the Feminine in American Indian Traditions*. Boston (US): Beacon, 1992.
- ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco (US): Aunt Lute, 1987.
- ARNAUS, Remei; PIUSSI, Anna Maria. (eds.) *La Universidad fértil: Mujeres y hombres, una apuesta política*. Barcelona (ES): Octaedro, 2010.
- AUSTIN, J. L. *How to Do Things with Words*. Oxford (UK): Clarendon Press, 1962.

- BARDAVÍO, Antonio; GONZÁLEZ MARCÉN, Paloma. La vida quotidiana a la prehistòria. L'estudi de les activitats de manteniment. *Balma. Didàctica de les Ciències Socials, Geografia i Història*, 6, p. 7-16, 1996.
- BASAGLIA, Franca. *Mujer, locura y sociedad*. Puebla (MX): Universidad Autónoma de Puebla, 1983.
- BEAUDRY, Mary. House and Households: The Archaeology of Domestic Life in Early America. In: EGAN, Geoff; MICHAEL, Ronald L. (eds.). *Old and New Worlds: Historical/Post-Medieval Archaeology Papers from the Societies' Joint Conferences at Williamsburg and London 1997 to Mark Thirty Years of Work and Achievement*. Oxford (UK): Oxbow Books, 1999. p. 117-126.
- BEAUVOIR, Simone. *Le Deuxième Sexe*. Paris (FR): Gallimard, 1949.
- BERG, Maggie; SEEBER, Barbara K. *The Slow Professor: Desafiando la cultura de la rapidez en la academia*. Toronto (CA): University of Toronto Press, 2022.
- BERTELSEN, Reidar; LILLEHAMMER, Arnvid; NÆSS, Jenny-Rita. Were they all men? An examination of sex roles in prehistoric society. Stavanger (NO): Arkeologisk Museum, 1987.
- BRITTAN, Arthur. *Masculinity and Power: Collaboration and Resistance 1940-1944*. Hoboken (US): Blackwell, 1989.
- BORDO, Susan. *Unbearable Weight: Feminism, Western Culture and the Body*. Los Angeles (US): University of California Press, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *Intelectuales, política y poder*. Buenos Aires (AR): Eudeba, 2012.
- BRAY, Francesca. Gender and Technology. *Annual Review of Anthropology*, v. 36, p. 37-53, 2007.
- CARRASCO, Cristina Bengoa. La sostenibilidad de la vida humana. ¿Un asunto de mujeres? *Mientras Tanto*, n. 82, p. 43-70, 2001.
- CHATZIDAKIS, Andreas; HAKIM, Jamie; LITTLER, Jo; ROTTENBERG, Catherine; SEGAL, Lynne. *The Care Manifesto: The Politics of Interdependence*. New York (US): Verso, 2020.
- COCKBURN, Cynthia; ORMROD, Susan. *Gender and Technology in the Making*. Thousand Oaks (US): Sage, 1993.
- COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. Combahee River Collective: A Black Feminist Statement. In: *Let Nobody Turn Us Around: Voices of Resistance, Reform and Renewal; An African American Anthology*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2000. p. 524-529.
- COMISIÓN FEMINISTA. Protocolo de ArkeoGazte para la prevención y actuación ante situaciones de acoso, abusos y agresiones sexuales o por razón de sexo. *Arkeogazte*, v. 8, p. 35-46, 2018.
- COLLIN, Françoise. Vérité des femmes, femmes en vérité. In: *Féminin-masculin. Cours général public 1989-1990*. Lausanne: Publications de l'Université de Lausanne; Payot, 1990. p. 29-42.
- COLLINI, Stefan. *What Are Universities For?* Miami (US): Penguin, 2012.
- COLLINS, Patricia H. *From Black Power to Hip Hop: Racism, Nationalism, and Feminism*. Philadelphia: Temple University Press, 2006.
- COLLINS, Stephanie. *The Core of Care Ethics*. New York (US): Palgrave Macmillan, 2015.

- COLOMER, Laia; GONZÁLEZ MARCÉN, Paloma; MONTÓN-SUBÍAS, Sandra. Maintenance Activities, Technological Knowledge and Consumption Patterns: A View of Northeast Iberia (2000–500 Cal BC). *Journal of Mediterranean Archaeology*, v. 11, n. 1, p. 53-80, 1998.
- CONKEY, Margaret W.; SPECTOR, Janet D. Archaeology and the Study of Gender. *Advances in Archaeological Method and Theory*, v. 7, p. 1-38, 1984.
- CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Hegemonic masculinity: rethinking the concept. *Gender and Society*, v. 19, n. 6, p. 829-859, 2005.
- COTO-SARMIENTO, Maria; ANÉS, Lara Delgado; LÓPEZ MARTÍNEZ, Lourdes; MARTÍN ALONSO, Jesus; PASTOR PÉREZ, Ana; MARTÍNEZ, Apén Ruíz; YUBERO GÓMEZ, María. Informe sobre el acoso sexual en arqueología (España). Geneva (CH): Zenodo, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3662763>. Acesso em: 13 ago. 2026.
- COWAN, Ruth Schwartz. *More Work for Mother: The Ironies of Household Technology from the Open Hearth to the Microwave*. New York (US): Basic Books, 1985.
- CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, n. 8 p. 139-167, 1989.
- DAVIS, Angela. *Mujeres, Raza y Clase*. Madrid (ES): Akal, 2022.
- EICHENBAUM, Luise; ORBACH, Susie. *What Do Women Want? Exploding the Myth of Dependency*. New York (US): Harper Collins, 1987.
- ELIAS, Norbert. *La sociedad de los individuos*. Barcelona (ES): Edicions 62, 1990.
- FANON, Frantz. *Peau noire, masques blancs*. Paris (FR): Éditions du Seuil, 1952.
- FEDERICI, Silvia. *Calibán y la bruja: Mujeres, cuerpo y acumulación originaria*. Madrid (US): Traficantes de Sueños, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris (FR): Gallimard, 1975.
- FOUCAULT, Michel. Non-au sexe roi. *Le Nouvel Observateur*, n. 644, p. 92-130, 1977.
- FRIES, Jana Esther; GUTSMIEDL-SCHÜMANN, Doris; ZALEA MATIAS, Jo; RAMBUSCHECK, Ulrike (eds.). *Images of the Past. Gender and its Representations*. Münster (DE): Waxmann, 2017.
- FRITH, Uta. Fast Lane to Slow Science. *Trends in Cognitive Sciences*, v. 24, n. 1, p. 1-2, 2020.
- GARCÍA LUQUE, Antonia. Desarticular las masculinidades tóxicas desde la práctica docente. In: GARCÍA LUQUE, Antonia. (ed.). *Coeducación y masculinidades: hacia la construcción de sociedades cívicas y democráticas*. Barcelona (ES): Octaedro, 2021. p. 99-109.
- GERO, Joan M.; CONKEY, Margaret W. (eds.). *Engendering Archaeology. Women and Prehistory*. London (UK): Basil Blackwell, 1991.
- GIFFORD-GONZÁLEZ, Diane. You Can Hide, But You Can't Run: Representations of Women's Work in Illustrations of Palaeolithic Life. *Visual Anthropology Review*, v. 9, n. 1, p. 23-41, 1993.
- GIL CALVO, Enrique. *El Nuevo Sexo Débil: los Dilemas del Varón Posmoderno*. Madrid (ES): Temas de Hoy, 1997.
- GILLIGAN, Carol. *In a Different Voice. Psychological Theory and Women's Development*. Cambridge (UK): Harvard University Press, 1982.

GILLIGAN, Carol. *Joining the Resistance*. Cambridge (UK): Polity Press, 2011.

GONZÁLEZ MARCÉN, Paloma; MONTÓN-SUBÍAS, Sandra; PICAZO, Marina. Towards an Archaeology of Maintenance Activities. In: MONTÓN SUBÍAS, Sandra; SÁNCHEZ-ROMERO, Margarita (eds.). *Engendering Social Dynamics: The Archaeology of Maintenance Activities*. Oxford (UK): Archaeopress, 2008. p. 3-8.

GONZÁLEZ MARCÉN, Paloma; RÍSQUEZ CUENCA, C.; SÁNCHEZ-ROMERO, Margarita. Más de una década de trabajo de la Red Pastwomen genera repertorios gráficos con una mirada inclusiva del pasado. *Revista PH*, n. 106, p. 2-5, 2022.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Torino (IT): Einaudi, 1975.

HARAWAY, Donna. The science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.

HARDING, Sandra. *The Science Question in Feminism*. New York (US): Cornell University Press, 1986.

HARTSOCK, Nancy. The Feminist Standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism. In: HARDING, Sandra; HINTIKKA, Merrill B. (eds.). *Discovering Reality: Feminist Perspectives in Epistemology, Metaphysics, Methodology and Philosophy of Science*. Berlin (DE): Springer, 1983. p. 283-310.

HEATH-STOUT, Laura. E. Who Writes about Archaeology? An Intersectional Study of Authorship in Archaeological Journals. *American Antiquity*, v. 85, n. 3, p. 407-426, 2020.

HELD, Virginia. Care and justice, still. In: ENGSTER, Daniel; HAMINGTON, Maurice. (eds.). *Care Ethics and Political Theory*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2006. p. 19-36.

HENDON, Julia. Archaeological approaches to the organization of domestic labor: household practices and domestic relations. *Annual Review of Anthropology*, v. 25, n. 1, p. 45-61, 1996.

HERNANDO, Almudena. ¿Por qué la historia no ha valorado las actividades de mantenimiento? *Treballs d'Arqueologia*, n. 11, p. 115-133, 2005.

HERNANDO, Almudena. *La fantasía de la individualidad: Sobre la construcción socio-histórica del sujeto moderno*. Madrid (ES): Katz, 2012.

HOOKS, bell. *Enseñar a transgredir. La educación como práctica de la libertad*. Madrid (ES): Capitán Swing, 2021.

IZQUIERDO, María Jesús Benito. Del sexismo y la comercialización del cuidado a su socialización: hacia una política democrática del cuidado. In: CONGRESO INTERNACIONAL SARE 2003: CUIDAR CUESTA: COSTES Y BENEFICIOS DEL CUIDADO, Vitoria-Gasteiz, 2003. *Anais [...]*. Vitoria-Gasteiz: Emakun/Instituto Vasco de la Mujer y Comunidad Europea, 2004. p. 119-154.

JEFFREYS, Sheila. *Beauty and Misogyny: Harmful Cultural Practices in the West*. London (UK): Routledge, 2005.

KÖHLER, Andrea. *El tiempo regalado. Un ensayo sobre la espera*. Barcelona (ES): Libros del Asteroide, 2018.

LAGARDE, Marcela. Mujeres cuidadoras: entre la obligación y la satisfacción. In: CONGRESO INTERNACIONAL SARE 2003: CUIDAR CUESTA: COSTES Y BENEFICIOS DEL CUIDADO, Vitoria-Gasteiz, 2003. *Anais [...]*. Vitoria-Gasteiz: Emakun/Instituto Vasco de la Mujer y Comunidad Europea, 2004. p. 1-5.

- LASLETT, Barbara; BRENNER, Johanna. Gender and Social Reproduction: Historical Perspectives. *Annual Review of Sociology*, v. 15, n. 1, p. 381-404, 1989.
- LERMAN, Nina E. Preparing for the Duties and Practical Business of Life: Technological Knowledge and Social Structure in Mid-19th-Century Philadelphia. *Technology and Culture*, v. 38, n. 1, p. 31-59, 1997.
- LORDE, A. Age, Race, Class, and Sex: Women Redefining Difference. In: HACKETT, Elizabeth; HASLANGER, Sally. (eds.). *Theorizing Feminism. A Reader*. Oxford (uk): Oxford University Press, 2006. p. 292-297.
- MARQUÉS, Josep-Vicent. Varón y patriarcado. In: VALDÉS, Teresa; OLAVARRIA, José (eds.). *Masculinidad/es. Poder y crisis*. Isis Internacional, 1997. p. 17-30.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *La ideología alemana*. L'Eina, 1988.
- MCGAW, Judith A. Reconceiving Technology: Why Feminine Technologies Matter. In: WRIGHT, Rita. (ed.). *Gender and Archaeology*. Pittsburgh (US): University of Pennsylvania Press, 1996. p. 52-75.
- MEMMI, Albert. *Retrato del colonizado precedido por retrato del colonizador*. Madrid (ES): Cuadernos para el diálogo, 1974.
- MERNISSI, Fatema. *Scheherazade Goes West, or: The European Harem*. Washington (US), DC: Washington Square Press, 2000.
- MIES, Maria. *Patriarchy and Accumulation on a World Scale*. London (UK): Zed Books, 1986.
- MIGNOLO, Walter. Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: la ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos. *Estudios: revista de investigaciones literarias*, n. 11, p. 11-32, 1998.
- MILLET, Kate. *Política sexual*. Madrid (ES): Cátedra, 1995.
- MONTÓN-SUBÍAS, Sandra. Maintenance Activities and the Ethics of Care. In: DOMMASNES, Liv Helga; HJØRUNGDAL, Tove; MONTÓN-SUBÍAS, Sandra; SÁNCHEZ-ROMERO, Margarita; WICKER, Nancy. (eds.). *Situating Gender in European Archaeologies*. Archaeolingua, 2010. p. 23-33.
- MONTÓN-SUBÍAS, Sandra. (no prelo a). Textile Technologies and Maintenance Activities in the Making of Gender: an example from Guahñ during Early Modern-Colonial Globalization. In: BRAY, Francesca et al. (eds.). *Cambridge History of Technology*. Vol. 3. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2012.
- MONTÓN-SUBÍAS, Sandra. Gender, Missions, and Maintenance Activities in the Early Modern Globalization: Guam 1668–98. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 23, n. 2, p. 404-429, 2019.
- MONTÓN-SUBÍAS, Sandra. Otros pasados son posibles. Discurso y arqueología feminista. *Discurso y Sociedad*, v. 15, n. 3, p. 560-587, 2021.
- MONTÓN-SUBÍAS, Sandra. Other Past. Feminist Archaeology, Maintenance Activities, and Reconceptualization. In: MOEN, Marianne. (ed.). *Routledge Handbook on Gender Archaeology*. London (UK): Routledge, 2025. p. 383-396.
- MONTÓN-SUBÍAS, Sandra; HERNANDO, Almudena. Modern Colonialism and Cultural Continuity through Material Culture: An Example from Guam and CHamoru Plaiting. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 26, n. 4, p. 823-847, 2022.

- MONTÓN-SUBÍAS, Sandra; LOZANO, Sandra Rubio. La arqueología feminista en la normatividad académica. *Complutum*, v. 23, n. 2, p. 163-176, 2012.
- MURILLO, Soledad. *El mito de la vida privada*. Mexico (MX): Siglo XXI, 1996.
- MURNEN, Sarah K.; DON, Brian. Body Image and Gender Roles. In: CASH, Thomas. (ed.). *Encyclopedia of Body Image and Human Appearance*. Amsterdam (NL): Elsevier 2012., p. 128-134.
- OAKLEY, Ann. *The Sociology of Housework*. London (UK): Martin Robertson, 1974.
- PICAZO, Marina. Hearth and home: the timing of maintenance activities. In: MOORE, Jenny; SCOTT, Eleanor. (eds.). *Invisible People and Processes: writing gender and childhood into european archaeology*. Leicester (UK): Leicester University Press, 1997. p. 59-67.
- PRADOS TORREIRA, Lourdes; LÓPEZ, Clara. Los museos arqueológicos como herramientas de igualdad. Una reflexión desde la arqueología feminista. *Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología*, n. 49-50, p. 115-132, 2019.
- QUEROL, Maria Angeles; HORNOS, Francisca. La representación de las mujeres en los modernos museos arqueológicos: estudio de cinco casos. *Complutum*, v. 26, n. 2, p. 231-238, 2015.
- RIVAS, Dióny Cecília; MERCERÓN, Ismenia de Lourdes. Prácticas de crianza, legado cultural afrodescendiente. Narrativas de mujeres afrovenezolanas. *Ciencias Sociales y Educación*, v. 9, n. 18, p. 57-84, 2020.
- RIVERA, María Milagros. Una cuestión de oído. De la historia de la estética de la diferencia sexual. In: BELTRÁN, Marta; CABALLERO, Carmen; CABRÉ, Montserrat; RIVERA, María Milagros; VARGAS, Ana. (eds.). *De dos en dos. Las prácticas de creación y recreación de la vida y la convivencia humana*. Barcelona (ES): Horas y Horas, 2000. p. 103-122.
- ROBINSON, Fiona. Care Ethics, Political Theory, and the Future of Feminism. In: ENGSTER, Daniel; HAMINGTON, Maurice. (eds.). *Care Ethics and Political Theory*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2015. p. 293-311.
- RICH, Adrienne. Notes towards a politics of location. In: LEWIS, Reina; MILLS, Sara. (eds.). *Feminist Postcolonial Theory: A Reader*. Edinburgh (UK): Edinburgh University Press, 2003. p. 29-42.
- SÁNCHEZ-ROMERO, Margarita. Actividades de mantenimiento, espacios domésticos y relaciones de género en las sociedades de la prehistoria reciente. In: PRADOS TORREIRA, Lourdes; RUIZ LÓPEZ, Clara. (eds.). *Arqueología del género. Primer encuentro internacional en la UAM*. Madrid (ES): UAM Ediciones, 2008. p. 93-103.
- SEGATO, Rita Laura. Género y colonialidad: del patriarcado comunitario de baja intensidad al patriarcado colonial moderno de alta intensidad. In: SEGATO, Rita Laura. (ed.). *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos: y una antropología por demanda*. Buenos Aires (AR): Prometeo, 2015. p. 69-99.
- SEIDLER, Victor. *Unreasonable Men: Masculinity and Social Theory*. London (UK): Routledge, 1993.
- SENDÓN DE LEÓN, Victoria. ¿Qué es el feminismo de la diferencia? (una visión muy personal). *Mujeres en RED – El periódico feminista* 2000. Disponible em: <http://www.mujeresenred.net/spip.php?article1985>. Acesso em: 10 out. 2022.
- SEVENHUIJSEN, Selma. *Citizenship and the Ethics of Care. Feminist Considerations on Justice, Morality and Politics*. London (UK): Routledge, 1998.

- STENGERS, Isabelle. *Another Science Is Possible: A Manifesto for Slow Science*. Cambridge (U): Polity Press, 2017.
- SOUDER, Laura Marrie Torres. *Daughters of the Island: Contemporary Chamorro Women Organizers of Guam*. Lanham (US): University Press of America, 1992.
- TRONTO, Joan. Beyond Gender Difference to a Theory of Care. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 12, n. 4, p. 644-662, 1987.
- WAJCMAN, Judy. *Technofeminism*. Cambridge (UK): Polity Press, 2004.
- WALTER, Natasha. *Living Dolls: The Return of Sexism*. London (UK): Hachette Digital, 2010.
- WEST, Emily; KNIGHT, R. Mothers' Milk: Slavery, Wet-Nursing, and Black and White Women in the Antebellum South. *Journal of Southern History*, v. 83, n. 1, p. 37-68, 2017.
- WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona (ES): Egales, 2016.
- WOLF, Naomi. *The Beauty Myth: How Images of Beauty are Used Against Women*. New York (US): Morrow, 1991.
- WYLIE, Alison. Why Standpoint Matters. In: FIGEROA, Robert; HARDING, Sandra. (eds.). *Philosophical Explorations of Science, Technology and Diversity*. London (UK): Routledge, 2003. p. 26-49.